

**A COLÔNIA AGRÍCOLA MUNICIPAL DE DOURADOS: POVOAMENTO E
COLONIZAÇÃO
(1946-1953).**

Maria Aparecida Ferreira Carli* - PPG-UFMS

O presente artigo é parte de uma pesquisa, ainda em estágio inicial, sobre o processo de implantação, estruturação e funcionamento da *Colônia Agrícola Municipal de Dourados* (CMD)¹ que foi criada no município de Dourados, no final do Estado Novo, no território atualmente correspondente ao município de Itaporã. Para tanto delimito o período entre 1946, quando começa a ser implantada a colônia, e 1953, quando ela é emancipada e dá origem ao município de Itaporã. O estudo deverá inserir esse objeto no contexto histórico da época, tanto em nível nacional, como estadual, discutindo questões fundamentais da nossa região, ou seja, a presença da grande propriedade fundiária e a política de colonização e povoamento, que deveria representar, em tese, o fracionamento da grande propriedade, transformando-a em pequenas. Para elaboração deste trabalho, realizei uma seleção de fontes documentais que encontram-se no arquivo da Câmara Municipal de Dourados e o "Indicador" das leis e decretos do Estado de Mato Grosso, que na fala de Le Goff:

Documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinha o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1992, p. 545)².

Segundo o autor acima citado, documento é um vestígio produzido pela sociedade da época, representado por uma elite política que detinha o poder e, portanto, cabe ao historiador fazer um minucioso estudo e usá-lo adequadamente no desenvolvimento de seu trabalho.

A CMD foi criada em uma gleba que havia sido reservada para colonização em 1923, por um decreto do então presidente do Estado de Mato Grosso, Pedro Celestino Corrêa da Costa. Esse decreto, (Decreto 616, de 20 de janeiro de 1923) tinha a seguinte ementa: "Reserva entre os rios Brilhante e Panambi, no município de Ponta Porã, uma área de 50.000 hectares de terras devolutas, destinada à colonização, depois de medida, demarcada e dividida em lotes" (cf. INDICADOR das leis e decretos do Estado de Mato-

* Mestranda do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Dourados.

¹ CMD sigla que vou utilizar no desenvolvimento deste trabalho para identificar a Colônia Agrícola Municipal de Dourados.

² LE GOFF, Jaques: *Documentos/monumentos: História e memória pesquisa em história*. 2ª edição. Ed. Ática – São Paulo: Ática, 1992.

Grosso, p. 76). Essa área, que nessa época pertencia ao município de Ponta Porã, passou a pertencer ao município de Dourados depois da criação deste, em 1935. Em 1943 foi criado o Território Federal de Ponta Porã, englobando o município de Dourados, e no mesmo ano foi criada pelo governo federal, nesse município, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em uma outra área, que não se confundia com aquela reservada em 1923.

Com relação à CMD, seu processo de implantação tudo indica ter começado quando o então prefeito de Dourados, João Augusto Capilé Júnior, através do Decreto municipal nº 70, de 9 de outubro de 1946, estabeleceu o regulamento da Colônia. É interessante notar que, no preâmbulo desse decreto, o prefeito diz textualmente que a Colônia foi *criada* pelo Decreto nº 616, de 1923, acima referido. Esse decreto foi elaborado ainda durante o período de existência do Território Federal de Ponta Porã, tendo sido previamente aprovado por despacho do Governador do Território, em agosto de 1946. De acordo com esse decreto, os lotes da Colônia seriam destinados à fixação de agricultores nacionais e estrangeiros, para formar um centro permanente de produção agrícola, num regime de pequena propriedade.

Ao desenvolver um trabalho é fundamental se ater ao processo histórico que antecede e o qual está inserido o objeto a ser pesquisado. Para Prado Júnior (1981)³, “sempre que vamos fazer uma abordagem histórica de um povo devemos analisar o todo, mesmo sendo estudiosos das particularidades”. Seguindo esta linha de pensamento é que entendemos ser importante uma discussão do contexto histórico da época. Nesse sentido faremos um breve recuo ao pós-guerra “Guerra do Paraguai” (1864-1870), o qual, tiveram início a reorganização e reconstrução da Província de Mato Grosso. Na porção sul, continuou a vinda de migrantes de Minas Gerais e São Paulo, bem como de outras províncias, como Paraná e Rio Grande do Sul. Além disso, essa região recebeu muitos emigrantes paraguaios, que vinham em busca de melhores condições de vida, uma vez que seu país ficara totalmente arruinado com a guerra.

Com a demarcação da fronteira com a República do Paraguai, logo após o fim da guerra, a região tomou um novo contorno, pois tiveram início atividades econômicas como a extração da erva-mate, o que colocou em cena outros atores sociais, com poderes de decisões político-econômicas. Dentre eles destacamos os proprietários da Cia. Matte Laranjeira, dedicada à extração da erva-mate nativa do extremo sul do antigo Mato Grosso, conforme será visto no próximo item.

A presença da Companhia Matte Laranjeira e de seus opositores

³ PRADO JÚNIOR Caio. *A formação do Brasil contemporâneo*. 17. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.5.

A referência à Companhia Mate Laranjeira é importante para este trabalho porque a área em que seria, mais tarde, criada a CMD, estava incluída no território arrendada por essa empresa.

Inicialmente, segundo as obras consultadas, Laranjeira se dedicou à exploração ervateira no Paraguai, tendo, como base de operações, o porto de Concepción, por onde a erva era exportada para o grande mercado consumidor, que era a Argentina (cf. LEAL, 1988,p.38) Segundo Iolanda M. Perin de Barros (1996), oportunamente, Laranjeira estabeleceu vínculos de amizade com importantes figuras da Comissão Demarcadora de Limites (como o Coronel Enéas Gustavo Galvão, chefe da Comissão, e o também militar Antonio Maria Coelho – os quais viriam, mais tarde, a presidir a província ou o Estado de Mato Grosso). Assim, Tomaz Laranjeira recorreu ao presidente da província e obteve, através do Decreto nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, sua primeira concessão para a exploração dos ervais nativos de Mato Grosso, iniciando-se assim a empresa que, mais tarde, veio a constituir a Companhia Mate Laranjeira. A área a ser explorada compreendia os marcos do Rincão de Julho e as cabeceiras do Iguatemi, ou entre os rios Amambaí e Verde, mas foi sendo ampliada quando das renovações da concessão junto ao governo, com interferência de políticos simpáticos ou vinculados à empresa.

Como foi dito, a área inicial de concessão aos poucos foi sendo ampliada através de novos contratos pleiteados com a ajuda de políticos, sobretudo dos Murtinho, que, no início da década de 1890, se associaram a Laranjeira, formando-se então a empresa chamada *Companhia Mate Laranjeira*, controlada pelo Banco Rio e Mato Grosso, o qual, por sua vez, era controlado pela família Murtinho.

Desse modo, Laranjeira conseguiu o monopólio legal e, através dele, o controle, segundo Barros (1996), de 5.400.000 hectares de terras devolutas, que arrendava do Estado. Em 1902 a Mate Laranjeira foi assumida pela Sociedade Comercial Francisco Mendes & Companhia, com sede em Buenos Aires, controlada por capitais estrangeiros. A prática extrativista da Matte Laranjeira no sul de Mato Grosso conservou-se por um longo período. Sua produção era escoada para a Argentina, sendo este seu mais forte mercado consumidor. O escoamento era feito através dos portos locais, sendo um deles o que deu origem a Porto Murtinho, cidade que emergiu e se desenvolveu em torno do porto construído pela Companhia. Mais tarde, a empresa mudou sua rota de exportação, passando a fazê-la através do rio Paraná, por meio do porto de Guaíra.

Para Foweraker (1981)⁴, a Companhia Matte Laranjeira tornou-se uma empresa de grandes proporções, tanto em extensão territorial, quanto em poder político e econômico,

⁴ FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Trad. Maria Julia Golwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 49.

monopolizando o comércio da erva-mate, e com isso tornou-se mais forte que o Estado hospedeiro.

É importante dizer que a Matte, embora tenha sido o primeiro concessionário legal, não era a única a explorar os ervais nativos da região. Usava de sua influência política, para conseguir o monopólio da exploração da erva-mate, dificultava e impedia a exploração por parte dos pequenos produtores, que também exerciam atividade na região. Arruda declara: “A legalidade de Laranjeira permitiu afastar os concorrentes, uma vez que não possuíam a lei ao seu lado; sob qualquer ameaça, o concessionário legal poderia solicitar a proteção do Estado” (cf. ARRUDA, 1997, p. 30)⁵. De acordo com Silva, o governo de Mato Grosso, “a princípio”, viu na idéia de Laranjeira “uma oportunidade para povoar esta região. Porém ocorreu o contrário, a Companhia Matte Laranjeira serviu como um entrave ao crescimento do sul do Estado, pois a política da Matte era de dominação e não de colonização” (cf. SILVA, 1997, p. 57)⁶. De fato, referindo-se à vinda de migrantes de outros Estados, sobretudo do Rio Grande do Sul, que desejavam estabelecer-se nas terras devolutas arrendadas à empresa, Queiroz (1999) afirma:

A Companhia opunha-se ao assentamento desses colonos, sob o pretexto de que eles lhe fariam concorrência na elaboração da erva, e para tentar afastá-los utilizava-se de variados expedientes, desde o seu poder político até a violência pura e simples (QUEIROZ, 1999, p. 383)⁷.

Esses conflitos de interesses geraram cisões na política mato-grossense:

Murtinho pleiteava o apoio que o governo deveria proporcionar à Empresa. Ele (Murtinho) pretendia obstacularizar a presença de colonos na região, através da criação de núcleos de resistência, através do estabelecimento de empresas inglesas que a Mate Laranjeira atrairia para a região. Tal situação provocou contínuas discussões e cisões na política mato-grossense. A cisão política que a Companhia Mate Laranjeira provocou em Mato Grosso gerou diferenças ideológicas, das quais nasceu o Partido Republicano Mato-grossense. Seus membros consideravam que a Companhia Mate Laranjeira já era um Estado dentro de outro Estado (WACHOWICZ, 1982, p. 69)⁸.

⁵ ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. UEL: Londrina, 1997, p. 30.

⁶ SILVA, Jovam Vilela. A multiface da Empresa Mate Laranjeira. *Coletâneas de nosso tempo*. AnoII, nº1. Instituto de Ciências Humanas; Campus de Rondonópolis, 1997, p. 57.

⁷ QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma Ferrovia entre dois mundos: a EF. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918- 1956)*. São Paulo, 1999. 559 p. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, p. 383.

⁸ WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Ed. Vicentina. Curitiba, 1982, p.69.

Barros relaciona as disputas entre membros da elite política mato-grossense com a questão do controle das terras devolutas, que, com a chegada da República, como foi dito, ficou a cargo do Estado. Barros esclarece:

Emerge desse fato, também, a incessante luta das oligarquias regionais pelo controle do poder. Isso porque o domínio das estruturas políticas estaduais significava carta branca para regular as terras devolutas. Porém os assentamentos e/ou doações não dependiam somente do poder executivo; tinham de ser aprovados também pelo Poder Legislativo. Assim, para conseguir arrendamento e/ou doação de terras devolutas, era necessário muito prestígio político. Em alguns casos, inclusive da Matte Laranjeira, havia intercessão do Governo Federal para facilitar as concessões estaduais (BARROS, 1996, p. 99)⁹

Segundo a mesma autora, uma importante facção oligárquica de Mato Grosso, representada pelo “coronel” Generoso Ponce, opunha-se à Companhia e era favorável aos colonos (posseiros):

o grupo oligárquico, representado por Generoso Ponce, atrelado à propriedade da terra e ao comércio, de onde emanava o poder político e econômico, via com bons olhos o assentamento de migrantes que, potencialmente, representaria maior número de consumidores para seus produtos (BARROS, 1996, p. 99)¹⁰

Virgílio Corrêa Filho refere-se aos vários embates entre as facções políticas favoráveis e contrárias aos interesses da Companhia. Um importante confronto ocorreu em 1907, quando a empresa pretendeu que a Assembléia Legislativa do Estado aprovasse, antecipadamente, a prorrogação de seu contrato de arrendamento (que venceria em 1916). Nessa época, o presidente do Estado era Generoso Ponce, e o presidente da Assembléia era Pedro Celestino Corrêa da Costa – ambos contrários às pretensões da Companhia. Desse modo, Manuel Murtinho enviou uma carta a Ponce, defendendo o ponto de vista da empresa, criticando os migrantes gaúchos e exigindo de Ponce e Corrêa da Costa o apoio ao pedido formulado. Para Murtinho, os gaúchos é que eram um problema, pois ameaçavam tornar-se “um Estado no Estado”:

Acresce que a proposta submetida pela referida empresa à deliberação da Assembléia, além de consultar altos interesses do Estado, tanto no presente, como no futuro, conforme exposição de motivos que acompanhou, ainda viria facilitar a solução de um temeroso problema, que não pode deixar de preocupar a alta administração do Estado. Aludo à imigração rio-grandense que, de dia a dia, vai-se avolumando e estendendo pelo sul do Estado, onde os adventícios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, o que faz prever que, dentro de mais

⁹ BARROS, Iolanda M. Perin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: renascer, 1996, p.99.

¹⁰ BARROS, I. M. P. op. cit. p. 99.

alguns anos, essa colônia dominará, pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo por assim dizer, um estado no estado (apud CORRÊA FILHO, 1951, anexo B)¹¹.

Nesse texto está explícita a preocupação de Manuel Murtinho em assegurar o espaço territorial ocupado pela Empresa Matte, que ele considerava a única concessionária capaz de assegurar o desenvolvimento da região, bem como de manter a ordem, “já que se propunha custear uma força armada criada pelo Estado para operar o policiamento” na área ocupada pela mesma (apud CORRÊA FILHO, 1951, anexo B)¹².

Nessa ocasião, a empresa foi derrotada, pois seu pedido foi simplesmente arquivado pela Assembléia. No entanto, mais tarde, em 1912, ela voltaria a pleitear novas concessões, dando início a uma intensa discussão, na Assembléia e pela imprensa, a qual ficou conhecida como *Questão do Mate*. Nessa questão, foi decisiva a atuação de Pedro Celestino Corrêa da Costa, que liderou a reação às propostas da empresa e terminou por sair, com seu grupo, do partido dominante (Partido Republicano Conservador), fundando o já referido Partido Republicano Mato-Grossense. Devido à obstrução das sessões da Assembléia pelo grupo de Corrêa da Costa, a Companhia viu-se mais uma vez derrotada, sendo obrigada a desistir de sua petição (cf. CORRÊA FILHO, 1957, p. 65).¹³

Segundo o mesmo autor, toda essa discussão acabou levando a uma mudança de posição da maioria dos deputados, na legislatura seguinte, de modo que foi então aprovada com relação aos ervais, uma nova lei, que ia, em grande medida, contra os interesses da Companhia Mate Laranjeira: a Lei nº 725, de 24 de setembro de 1915. De acordo com essa lei, a área a ser arrendada não poderia passar de 400 léguas quadradas (1.440.000 ha), e haveria uma concorrência para esse arrendamento. Além disso, era garantido o direito dos posseiros já estabelecidos nas áreas até então arrendadas pela empresa:

Na vigência da nova lei, a área de 400 léguas quadradas acabou sendo arrendada à própria Companhia (contrato assinado em 1916), mas, a partir de 1919, já começaram a ser expedidos títulos aos novos proprietários, conforme acima mencionado (cf. CORRÊA FILHO, 1925, p. 87-91)¹⁴.

A partir de 1922, a presidência do Estado de Mato Grosso foi ocupada pelo já citado coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, que, como se pode verificar pelas obras consultadas, continuava a opor-se ao domínio da Companhia na região dos ervais. Pode-se perceber que havia ainda muitos confrontos entre a empresa e os posseiros, tanto na

¹¹ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Os Murtinhos*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1951, anexo B.

¹² CORRÊA FILHO, V.op. cit. anexo B.

¹³ CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 62.

¹⁴ CORRÊA FILHO, Virgílio. *A Sombra dos Hervais Mato-grossenses*. Ed. São Paulo, 1925. p. 87-91.

prática extrativista quanto na política de ocupação e titulação das terras devolutas. Os ânimos na fronteira se alteraram e, para conter possíveis conflitos, Pedro Celestino, em uma tentativa de apaziguamento, antes de tomar posse do cargo de presidente do Estado, reuniu-se com os principais chefes sulinos e coronéis ligados à sua corrente política, expressando-se, segundo o relato de um memorialista, nos seguintes termos:

A vocês e outros companheiros que lutaram, sob a minha orientação, contra a Mate Laranjeira, eu devo esclarecer que no meu governo serei obrigado a respeitar o contrato existente e, também, quero participar a todos que a próxima reforma será inevitável, pois a Mate é uma potência dentro do estado, e fora dele [...]. Pretendo influenciar para que o novo contrato seja reduzido em área; devemos jogá-la para além do rio Amambai, região onde são mais intensos os ervais, libertando, desta maneira, o restante, para o povoamento e formações de posses [...]; nestas condições iremos compelir a Empresa Mate a voltar à posição de desbravadora, como já foi no tempo de Thomaz Laranjeira. Com o muito dinheiro que ela ganha, irá abrir novas estradas, construir pontes e, principalmente, estabelecer navegação nos afluentes do Alto Paraná [...]. Diante do exposto, peço a todos os companheiros e amigos, que daqui para frente, façam uma campanha mais branda e uma política adequada, se quiserem contar com o meu apoio (LIMA, 1978, p. 24)¹⁵.

Desse modo, parece ficar claro que a origem da área que futuramente daria origem à Colônia Agrícola Municipal de Dourados insere-se numa estratégia de limitar os espaços da Companhia Mate Laranjeira. De fato, como já foi dito, por meio do Decreto nº 616, de 20 de janeiro de 1923, o então Presidente do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, reservou 50.000 hectares de terra na região dos ervais, situada entre os rios Brilhante e Panambi, no então município de Ponta Porã, destinando essa área, segundo o referido Decreto, para a colonização.

Vale ressaltar que esse espaço destinado à colonização em 1923 fazia parte do território habitado primitivamente pelos índios, dos quais existe, ainda hoje, um grupo remanescente que habita a Aldeia Panambizinho, à margem do rio Panambi, sob a proteção do Governo Federal. Lenharo (1985) escreve que: “os índios que ocupavam e ainda ocupam a região foram aldeados pelo Decreto n º 401 de 03 de setembro de 1917”. Isso foi feito, segundo Regina H. Targa Moreira (1990), para diferenciar a terra do povoamento “branco”, por um lado, e a terra do índio, por outro. Essa área reservada para a colonização passou a integrar o município de Dourados, quando este foi desmembrado do município de Ponta Porã, em 1935.

¹⁵ LIMA, Antúrio Monteiro. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. Ed. Soma Ltda. São Paulo, 1978, p. 24..

O Estado Novo, a “Marcha para Oeste” e o processo de colonização na região sul do antigo Mato Grosso

O período que se segue à chamada “Revolução de 30” trouxe, como se sabe, importantes mudanças na política e na economia brasileiras, as quais iriam repercutir bastante em Mato Grosso, especialmente em sua parte sul. Isso vai ocorrer principalmente após a implantação do Estado Novo, em 1937.

Com o Estado Novo (1937-1945), entre outras coisas, foi imposta uma nova Constituição, onde o Presidente da República tinha plenos poderes, total autoridade sobre a política interna e externa; os governadores dos Estados foram substituídos por interventores e foi instituída a censura total nos meios de comunicação, sendo criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), utilizado por Vargas para autopromover-se no sentido de seduzir a população do país na concretização de seus objetivos.

Um outro mecanismo de “convencimento” de que dispôs o Presidente foram os seus discursos, fundamentais para que a população do país sentisse menos a ausência do Congresso Nacional e do Poder Legislativo em geral, desativado pelo governo Oliveira (1999)¹⁶. Observe-se parte de um discurso de Vargas, onde se manifestava o desejo de “integralizar” o país:

o país não é apenas uma aglomeração de indivíduos em um território, mas é, principalmente, uma unidade de raça, uma unidade de língua, uma unidade de pensamento. Para se atingir esse ideal supremo, é necessário, por conseguinte, que todos caminhem juntos em uma prodigiosa ascensão [...] para a prosperidade e para a grandeza do Brasil (apud WOLFE, 1994, p. 32)¹⁷.

No campo econômico, foi estimulada a industrialização, bem como incentivada a expansão agrícola através de projetos de colonização, tendo como objetivos expandir, desenvolver e ocupar áreas de fronteira, aí incluída a região correspondente ao extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso. Trata-se da política conhecida como *Marcha para Oeste*, anunciada por Vargas no início de 1938, a qual “se desdobrou num esforço de ‘nacionalização’ das extensas fronteiras sul-mato-grossenses com a Bolívia e sobretudo com o Paraguai” .

¹⁶ OLIVEIRA, Benicia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

¹⁷ WOLF, Joel. “Pai dos pobres” ou mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História*; Brasil1954-1964; ANPUH; Ed.Marco Zero; SCT, CNPq, FINEP: São Paulo, 1994. p.27-59.

Com relação a essa região, é importante salientar que as medidas do Estado Novo incidiram, especialmente, sobre a área até então ocupada pela Companhia Mate Laranjeira,

haja vista a grande presença, no seio da economia ervateira, de cidadãos paraguaios e seus descendentes – de tal modo que, nessa região, era intensa a influência cultural paraguaia, inclusive com uma larga disseminação do idioma guarani. Além disso, importantes setores do Estado Novo varguista identificavam, na forte presença da Companhia Mate Laranjeira (que mantinha, ademais, fortes vínculos com a economia Argentina), um empecilho ao incremento do povoamento da região por contingentes nacionais (QUEIROZ, 2004, p. 30)¹⁸.

Assim, sabe-se que o Estado Novo, por exemplo, recusou-se a renovar o contrato de arrendamento das áreas ervateiras pela Companhia, contrato esse que venceu em dezembro de 1937 (cabendo lembrar que, pela nova constituição, havia voltado para a União o controle sobre as terras devolutas). Além disso, houve “a imposição de taxas sobre a erva cancheada e o apoio aos produtores ervateiros independentes da empresa, com a criação do Instituto Nacional do Mate e de cooperativas de produtores” (QUEIROZ, 2004, p. 30)¹⁹.

Outra importante medida foi a criação, em 1943, do Território Federal de Ponta Porã, entre outros que foram criados na mesma época. Esse território abrangia a parte mais meridional do antigo Estado de Mato Grosso (fronteira com o Paraguai), incluindo a região onde se encontrava a maior parte dos ervais, bem como a sede regional da Empresa Matte, região essa que passou a subordinar-se à União, ficando a área ocupada pela Companhia diretamente vinculada à fiscalização federal, permitindo ao governo atuar, com maior desenvoltura, na política de colonização, no sentido de, segundo o discurso oficial, ocupar, colonizar e proteger as áreas fronteiriças.

Em seu discurso o Presidente justificava a *Marcha para Oeste* e a criação do Território com essas palavras:

Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais, para fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas. O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais sob a administração direta do Governo Federal. O programa de organização e desenvolvimento desse Território resume-se em poucas palavras. “Sanear, educar, povoar, eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais” (www.brasilnoar.com.Br/MT/mt_geografia3_marchal.asp – acesso em 17/08/2004).

¹⁸QUEIROZ, P. R. C. op. cit. p.30.

¹⁹QUEIROZ, P. R. C. op. cit. p.30.

A política varguista de povoamento e colonização deveria resultar numa base produtiva que atenderia o processo industrial que se intensificava nos grandes centros urbanos do país, na época. Para Vargas, havia necessidade de investir capitais para dinamizar o processo de crescimento das regiões até então pouco desenvolvidas, bem como “unificar o mercado interno e garantir a diversificação da produção tanto agrícola, quanto industrial” (LENHARO, 1985, p. 23)²⁰. Para Lenharo (1985), o Estado Novo desafiava a si próprio com essa proposta. Continuando, o autor usa partes de um texto de Nelson Werneck Sodré, para explicar a que viera o Estado Novo:

Para orientar economicamente o país, neutralizar “os efeitos dissociadores”, afastar os “problemas secundários”, limpando o caminho principal da integração das ilhas econômicas, através do alargamento do mercado interno. O Estado Novo viera para ampliar a diversificação da produção, agrupar os núcleos econômicos através de um sistema de transporte e, desta forma, assegurar um “poderoso vigoamento à unidade nacional” (LENHARO, 1985, p. 26)²¹.

Uma das ações que deram início a esse processo foi a constituição das Colônias Agrícolas Nacionais (Decreto-lei 3.059, de 14 de fevereiro de 1941), que foi promovida pelo Governo Federal em colaboração com os governos estaduais e municipais, por intermédio do Ministério da Agricultura. Objetivava-se, com isso, receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros pobres, desde que tivessem aptidão para o trabalho na lavoura. Como parte integrante desse projeto, estava a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), criada pelo Decreto Lei n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943, porém só instituída em 1º de janeiro de 1944. A respeito da CAND, Lenharo (1985) escreve que o regime varguista ambicionava,

no caso particular de Mato Grosso, a liberação de uma vasta frente agrícola com o afastamento da Matte, introduzia um processo de colonização capitaneado pela pequena propriedade voltada para o mercado interno e cujo sistema de produção, diretamente vinculado ao governo federal, passaria necessariamente por uma ordem cooperativa da organização do trabalho (LENHARO, 1985, p. 66-67)²².

Benicia Couto de Oliveira (1999) discute também o processo de criação da CAND, o processo de colonização, e fala sobre os mecanismos utilizados pelo Governo Vargas para atrair os trabalhadores rurais sem-terra, no sentido de marchar para oeste e ocupar os espaços ditos “vazios”. Continuando, ela ressalta:

²⁰ LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil, nordeste e centro-oeste*. Campinas Ed. UNICAMP. 1985, p. 26.

²¹ LENHARO, A. op. cit. p.26.

²² LENHARO, A. op. cit. p.66-67.

Um dos atrativos fundamentais, como mecanismo para atrair colonos para o projeto colonizador no sul de Mato Grosso, foi a distribuição gratuita de terras a trabalhadores rurais sem-terra e reconhecidamente pobres. A proposta era atrativa para quem sonhava em adquirir um pedaço de chão como meio de trabalho e sustento da família. Entretanto, a propaganda foi intensificada através da campanha *Marcha para Oeste*, visando garantir o sucesso na ocupação dos espaços geográficos (OLIVEIRA, 1999, p. 132)²³.

Além do mecanismo citado por Oliveira, outras formas de atrair os migrantes foram utilizadas, segundo a mesma autora, para garantir o sucesso do projeto colonizador, entre elas, intensa propaganda através dos meios de comunicação, como o rádio, que divulgava a criação das colônias. Os critérios para a aquisição da terra eram: ser maior de 18 anos, pobre e sem propriedades rurais, ter uma certa familiaridade com a agricultura.

Podemos observar que a política de colonização do Estado Novo – onde Vargas, em seu discurso ideológico, convida a população, via campanha da *Marcha para Oeste*, à unificação das fronteiras do país, através da fixação do homem ao campo, em regime de pequenas propriedades – era associada, segundo Lenharo, ao desenvolvimento industrial que afluía nos centros mercantis do país: “a afirmação da pequena propriedade como requisito de desenvolvimento industrial é discurso corrente do próprio Vargas” (LENHARO, 1985, p. 16)²⁴.

Um outro aspecto explicitado por Lenharo vinculado a política do Estado Novo, é que ela visava inicialmente, mapear o país no sentido de dar-lhe um novo contorno, redefinindo o regime político e *uma nova ordem social*, desenvolvida através do projeto *Marcha para Oeste*, que tinha como objetivo despertar no povo brasileiro um clima de emoção nacional, criar um clima de pertencimento, de forma que os indivíduos se envolvessem, caminhando na mesma direção e se sentissem responsáveis pela construção da nação.

Uma outra questão é discutida por Alcir Lenharo (1985), e que está relacionada às operações de disciplinamento sobre o trabalhador rural (que não foi beneficiado com a legislação trabalhista criada no país na época). Lenharo faz considerações sobre a política do Governo Vargas com relação ao trabalhador rural, a qual, segundo o autor, pretendia

Segurá-lo na terra, como objeto de ganância dos proprietários; arrancá-lo de seu meio, para esvaziar a tensão social, quando isso se fazia necessário; orientar os fluxos migratórios, com finalidades políticas; impedir o livre movimento dos sem-terras, isto é, dificultar e cercar o posseiro, e acima de tudo criar o novo trabalhador brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado [...] sua ocupação procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de

²³ OLIVEIRA, B. C. op. cit. p. 132.

²⁴ LENHARO, A. op. cit. p. 16.

métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente (LENHARO, 1985, p. 14-18)²⁵.

Lenharo expõe ainda qual seria a estratégia implícita nas políticas do Estado Novo com relação ao campo. Segundo a visão do regime, diz o autor,

[...] aos poucos veríamos desaparecer os tratos incultos e latifundiários, substituídos pela pequena propriedade [...] armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia (LENHARO, 1985, p. 21)²⁶.

Na verdade Vargas fechou o cerco não aos latifundiários mas aos trabalhadores, considerados como excedente de mão-de-obra, os quais formavam “área de tensão social” se agrupando em determinadas regiões, conduzindo ao inchamento de centros urbanos, ou na tentativa de se apossarem de um pedaço de terra quando se deslocavam para área rural.

A partir dessa política do Estado Novo, abrem-se, no sul do antigo Estado de Mato Grosso, oportunidades para a vinda de levas migratórias, que se deslocavam de vários pontos do país, denominadas por Gressler e Swensson (1988) como “poderosa corrente povoadora”, de modo que essa região “passa a comportar-se como uma frente pioneira”. Entre os fatores responsáveis por esse processo, os autores citados incluem:

a) desenvolvimento do sistema viário; b) fortalecimento de um mercado consumidor na região sudeste; c) extravasamento da lavoura cafeeira de São Paulo; d) valorização crescente das terras rurais de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul; e) adoção de uma política de colonização por parte do governo ou ainda de iniciativa particular (GRESSLER E SWENSSON, 1988, p. 31)²⁷.

Os migrantes que aqui chegaram eram de diferentes regiões do país, entre elas a corrente migratória nordestina, que foi empurrada pela concentração crescente da posse da terra no Nordeste e puxada pela industrialização mais intensa do Sul-Sudeste. A vertente migratória que veio em direção ao Centro-Oeste foi atraída pelos imensos espaços “vazios” para expandir a fronteira agrícola, motivados pelos sonhos de terem seu pedaço de terra, e alguns autores fazem referências às suas práticas agrícolas:

Os agricultores que aqui chegaram nesta leva migratória, não vieram diretamente do nordeste. Ao contrário, um bom número deles

²⁵ LENHARO, A. op. cit. p. 14 -18.

²⁶ LENHAR, A. op.cit. p. 21.

²⁷ GRESSLER, Lori. ; SWENSSON, Lauro J. *Aspecto histórico do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados Dag. 1988, p.31.

chegaram a Mato Grosso após uma longa estadia no Estado de São Paulo. Agricultores estes originários de regiões de cafeicultura, onde adotaram naturalmente o café como planta comercial desde a sua chegada a esta região (PEBAYLE e KOEHLIN, 1981, p. 23)²⁸.

Desse modo, pode-se dizer que a implantação da CAND,

que adquire maior efetividade a partir de fins da década de 40, contribuiu decisivamente no sentido de atrair para a região consideráveis contingentes populacionais. A iniciativa do governo federal foi logo secundada por outras, em todo o SMT, por parte do governo estadual, de companhias particulares e até mesmo de governos municipais, e assim, ao longo das décadas de 50 e 60, multiplicam-se no SMT as colônias agrícolas – multiplicando-se, no mesmo passo, a produção agrícola (café e gêneros alimentícios ou matérias-primas como arroz, feijão, milho, algodão e amendoim) [QUEIROZ, 2004, p. 30-31]²⁹.

Uma dessas inúmeras colônias acima mencionadas foi a *Colônia Municipal de Dourados*, que constitui o objeto desta pesquisa.

²⁸ PEBAYLE, Raymond, KOEHLIN, Jean. *As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica, espaço e conjuntura*. São Paulo: USP, 1981, p.23.

²⁹ QUEIROZ, P. R. C. op. cit. p.30-31.